

Coordenação:

Dr. Héctor Ricardo Leis

Vice-Coordenação:

Dr. Selvino J. Assmann

Secretaria:

Liana Bergmann

Editores Assistentes:

Doutoranda Brena Magno Fernandez

Doutoranda Sandra Makowiecky

Linha de Pesquisa

A CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE

MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS

**CONSTRUÇÕES NACIONAIS
EM CONTEXTO TRANSNACIONAL:
A CRISE DA ARGENTINA PELA MÍDIA**

Nº 33 - Novembro 2002 (*Série Especial*)

Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas

A coleção destina-se à divulgação de textos em discussão no PPGICH. A circulação é limitada, sendo proibida a reprodução da íntegra ou parte do texto sem o prévio consentimento do autor e do programa.

Capítulo III da série : I Seminário Internacional Regional de Estudos Interdisciplinares: Condição Humana e Modernidade no Cone Sul da América Latina, realizado no período de 19 a 21 de junho de 2002, pelo Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

*Myrian Sepúlveda dos Santos**

* Doutora em Sociologia pela New School for Social Research. Atualmente é professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do CNPq. Desenvolve pesquisa e tem artigos publicados, nas áreas de memória social, sociologia da cultura e teoria sociológica, em diversas revistas e livros nacionais e estrangeiros.

Construções Nacionais em Contexto Transnacional: A Crise da Argentina pela Mídia

Introdução

“Los argentinos deberíamos pensar por qué una sociedad como la nuestra actúa permanentemente en un marco temporal de corto plazo.” (Elizabeth Jelin, *La Nación*, 31 de março de 2002, Seção: Enfoques)

A Argentina tem sido retratada pela grande imprensa européia, norte-americana e latino-americana como sendo uma nação cujo projeto econômico e social encontra-se em crise. Qual a natureza e impacto dessas notícias no mundo em que vivemos? Ainda há pouco consenso sobre o papel desempenhado pela mídia. Podemos dizer, por exemplo, que as notícias e sua divulgação são importantes na mediação de interesses entre diferentes nações, na construção de uma cultura transnacional ou ainda na configuração de um simulacro do que se denomina globalização.

Embora muitas sejam as teorias sobre globalização, cientistas sociais tendem a concordar com a tese de que, contemporaneamente, há um aumento considerável de laços de interdependência econômicos e políticos que ultrapassam as fronteiras dos Estados Nacionais. Muitas dessas abordagens apontam para um processo histórico determinado por múltiplas causalidades, o que permite uma maior flexibilidade na análise de experiências diversas (Giddens 1990, Beck 1992, 2000, Robertson 1992, McGrew & Lewis 1992, Featherstone 1995). Neste contexto, há ainda um grande consenso em torno da idéia de que os meios de comunicação exercem um papel crucial para que pensemos desde novas formas de subjetividade até projetos políticos de democracia (Thompson 1995). Para esses teóricos, presenciamos o surgimento de formas de solidariedade e de práticas políticas que não têm mais como base interações face-a-face e tradições anteriores. Acredita-se que indivíduos são

capazes de atuar no mundo segundo uma nova forma de racionalidade que envolve o cálculo e o risco e não mais experiências acumuladas; práticas contingentes que substituem formas anteriores de ação guiadas por grandes narrativas e perspectivas utópicas. Defende-se também a tese de que entramos na era das relações transnacionais, em que a história de grupos e nações está fadada a desaparecer a partir da entrada de atores na nova mesa de jogo em que se converteram as relações internacionais. O surgimento de uma nova subjetividade pode ser compreendido pela forma de atuação, descrita acima por Jelin, como sendo aquela relativa a um marco temporal de curto prazo.

Mas no que consistiria exatamente uma configuração transnacional? Quando pensamos em marco nacional, pensamos em experiências compartilhadas ao longo do tempo, pensamos em atores intervindo no mundo a partir de uma dimensão temporal de longo prazo, em que histórias vivenciadas têm um grau de determinação sobre os atos do presente (Anderson 1991). Culturas locais e nacionais se formam a partir de experiências comuns e da construção contínua de identidades coletivas. Mas será que podemos falar em uma cultura transnacional? Seria a mídia um elemento desta construção? Para alguns autores, uma “cultura transnacional” seria apenas uma composição de elementos díspares sem qualquer legitimidade entre populações locais e nacionais (Smith 1999). Para outros, o nosso mundo opera a partir de uma consciência coletiva de “glocalidade”, isto é, vivemos em um mundo global responsável pela construção de diferenças locais (Robertson 1992).

Este artigo tem como objetivo contribuir para esse debate através de uma análise de matérias publicadas pela grande imprensa de países latino-americanos, norte-americanos e europeus sobre a crise Argentina nos últimos seis meses. Em primeiro lugar, será observado que apesar da difusão do discurso sobre a globalização e da interdependência entre nações, a crise Argentina aparece nos jornais como sendo um problema econômico de caráter estritamente nacional. Em segundo lugar, serão analisadas as diversas tentativas feitas por jornais europeus, norte-americanos e latino-americanos de apontar um responsável pela crise econômica, isentando suas próprias nações de qualquer responsabilidade pela crise. Jornais europeus criticam as prescrições econômicas do FMI; norte-americanos, a corrupção dos políticos argentinos; brasileiros, a arrogância dos seus vizinhos; e, argentinos, a política econômica brasileira. Destaque será dado à tradução da crise argentina feita pela imprensa brasileira. Em questão estão as duas construções de nação, uma calcada na superioridade de sua razão e outra na magia de seus encantos; ambas limitadas pela auto-estima negativa que marca as nações latino-americanas.

A crise da Argentina nas páginas da economia

“En los diarios del exterior, la crisis Argentina ha quedado limitada a la sección económica, sin que se atienda su dimensión cultural, social y humana.” (Manuel Cruz, Clarín, 25 de abril de 2002, Seção: Tribuna Abierta)

Quando consideramos as reportagens sobre a Argentina publicadas nos últimos seis meses, em jornais como The New York Times, Times, The Guardian, Le Monde, Clarín, La Nación, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo, jornais que representam uma parcela da opinião de países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Argentina e Brasil, podemos dar como certo o comentário do filósofo da Universidade de Barcelona, Manuel Cruz. Esta, na verdade, não é uma observação que precise de estatísticas ou exemplos. A crise da Argentina tem ficado basicamente restrita à seção econômica dos principais jornais citados, com algumas notícias

chegando às primeiras páginas apenas nos dias que sucederam as mudanças presidenciais e fortes manifestações políticas.

Há um certo consenso sobre a causa da crise nas análises econômicas. O que lemos é que a manutenção da paridade monetária entre o peso e o dólar por tempo indevido teria sido a causa da crise atual. A medida cambial foi criada há uma década como medida de contenção da hiperinflação presente no final do governo do presidente Raúl Alfonsín. A “dolarização” da economia foi uma medida prescrita pelo FMI e adotada não só na Argentina, como em diversos países ao redor do mundo. Após a crise financeira mexicana em 1994, as crises de países asiáticos em 1997 e 1998, e a desvalorização cambial realizada pelo Brasil em 1999, a solução a ser tomada pela Argentina deveria ter sido a flexibilização do câmbio. A manutenção da dolarização do sistema durante os governos do peronista Carlos Menem e de seu sucessor, Fernando de la Rúa, é apontada como tendo sido responsável pelo colapso industrial e financeiro seguido por crise social e instabilidade política.

De um modo geral, as dimensões social e cultural da crise aparecem de forma esporádica ou ficam reservadas às tribunas e fóruns abertos à participação dos leitores. Mesmo no Brasil, país vizinho e com fortes laços econômicos e culturais com a Argentina, tanto as notícias sobre a renúncia de presidentes, quanto de movimentos sociais, como foi o caso do *panelaço* de dezembro último, com mais de 20 mortos, também apareceram reduzidas a questões econômicas. O Estado de São Paulo, por exemplo, noticiou a renúncia de Fernando de La Rúa, provocada por revolta popular, bem como a de Adolfo Rodríguez Saá, presidente por uma semana, na seção de economia.

Por que a mídia reduziu uma situação extremamente complexa a um par de atitudes técnicas mal desempenhadas pelo governo argentino? Porque a falta de densidade histórica no tratamento da crise?

A redução de uma situação complexa a diagnósticos simples é um dos traços que de certa forma reitera e se insere na linguagem da imprensa. Os críticos da modernidade já denunciavam no início do século o mundo dos fluxos de informação como o mundo do esvaziamento ético e moral, devido à autonomia que a informação obtinha em relação aos seus autores (Horkheimer 1973). A crítica radical realizada pelos membros da Escola de Frankfurt mostrou-se incapaz de oferecer instrumentos de análise capazes de explicar os diversos conflitos ocorridos na esfera da cultura. No entanto, o diagnóstico retorna quando novas análises sobre globalização e pós-modernidade apontam a quebra de vínculos entre texto e contexto nas novas esferas transnacionais que se constituem. Como mencionado, autores como Giddens, Beck ou Thompson apontam como as redes globais de comunicação e novas formas de tecnologia e informação estão associadas ao distanciamento de famílias de suas inserções de origem, a percepções mais momentâneas do tempo e do espaço e ao processo de destradicionalização (Giddens 1990, Beck 1992, Thompson 1995). Se a história faz algum sentido, seria apenas na reconstrução ou reinvenção do passado em centros de memória como arquivos e museus. Conseqüentemente, o debate sobre o papel da cultura e a ameaça da homogeneização de desejos e atitudes volta a fazer parte do debate contemporâneo.

Uma série de estudos sobre a construção dos Estados Nacionais, no entanto, tem mostrado a importância do papel da imprensa na constituição de sentimentos nacionais compartilhados. As narrativas nacionais são associadas de diversas formas às lealdades e devoções demonstradas e são legitimadas através de processos históricos sem que haja um padrão

comum a ser obedecido (Nora 1984, Anderson 1991). Elos de solidariedade são compreendidos a partir de tradições herdadas, práticas conjuntas e representações coletivas, mas também a partir do desenvolvimento do transporte, do surgimento da imprensa, e do impacto dos programas de televisão. Além disso, o “nacionalismo” moderno é compreendido tanto em termos das narrativas construídas, como em termos de sentimentos compartilhados, motivações e ações. Além disso, narrativas nacionais são compreendidas também a partir de processos de intercâmbio e dominação entre nações. Narrativas são formadas “através de”, ao mesmo tempo em que são “formadoras de” processos de dominação, o que leva o processo identitário a envolver tanto vínculos de solidariedade quanto hierarquias e subordinações (Said 1979).

Dessa forma, podemos pensar que hoje a mídia não é apenas uma mistura de componentes sem nexos, resultado dos avanços pós-modernos de um sistema de comunicação virtual, cumprindo um papel diferente daquele ocupado anteriormente (Smith 1999: 228). A percepção subjetiva e o sentimento de pertencimento a passados comuns de diversos grupos sociais continuam a informar as diversas práticas sociais. A mídia tanto resulta de processos sociais que envolvem experiências travadas em esferas locais, nacionais e transnacionais, como constrói imagens que podem adquirir sentido em esferas também locais, nacionais ou transnacionais. Podemos dizer que nem sempre há um sentido alinhando essas imagens produzidas, mas algumas delas são capazes de sensibilizar, ainda que em diferentes formas, habitantes de diversas partes do planeta.

É preciso também considerar que o processo de destradicionalização, no sentido atribuído por Giddens, não seria capaz de erradicar todas as demais formas de interação social. Aspectos descritos como pertencendo à tradição e à modernidade coexistem em um mesmo momento (Hellas 1996: 1-21). Representações coletivas não são apenas símbolos ou imagens à disposição que podem ser utilizadas pelos diversos atores à medida que são necessárias, elas continuam a constituir e hierarquizar indivíduos em uma sociedade. A globalização não se constitui apenas de práticas interativas, mas também a partir da constituição de diversas narrativas. Os indivíduos não têm uma identidade local, nacional ou global, mas um conjunto de identidades.

Não é desnecessário repetirmos que a forma pela qual percebemos nossa inserção nesse mundo não depende apenas de experiências travadas, mas de como elas são coletivamente apresentadas a nós. Diversos conflitos étnicos, raciais, de gênero e classe tornaram visíveis estratégias complexas em que representações coletivas têm sido responsáveis não só por processos de identificação cultural, mas por vínculos de dominação entre indivíduos. Estas relações têm sido apontadas nas esferas locais, nacionais e “transnacionais” (Bhabha 1990, Gilroy 1993). Em suma, contamos com um processo múltiplo e contínuo de formação de identidades, que não são fixas e que podem se transformar inúmeras vezes a partir de determinados conflitos e elas podem se combinar infinitamente em práticas políticas diversas (Hall 1996, 1997).

A redução da crise Argentina a uma situação econômica não é, portanto, explicável pelo caráter inerentemente alienante ou inócuo da mídia. A mídia não tem um único produtor, uma única forma de divulgar notícias e é apropriada de diferentes formas pelo público. Em diversas situações, imagens são produzidas e constituem movimentos em que pessoas em diversas partes do mundo sentem-se unidas. Sabemos que uma das lógicas do campo jornalístico é a de atrair a atenção do grande público e, que esta prática associa-se em maior ou menor grau a uma simplificação do tema tratado. Espetáculos e estereótipos são criados.

Mas no caso da Argentina não houve apenas uma simplificação do tema, mas uma redução, ou melhor, a eliminação da dimensão cultural da crise. E é justamente esta dimensão histórica e cultural que faz com que uma notícia perca seu caráter de especificidade local e adquira um caráter transnacional. Tornam-se necessárias, portanto, algumas reflexões sobre quem são os produtores de notícia e quem são seus leitores.

Nações Transnacionais e Movimentos de Solidariedade

“As nações são hoje transnacionais. Todos somos argentinos. Sê-lo-emos ainda mais se e quando a Alca estiver em vigor e tiver destruído o Mercosul. No entanto, o colapso argentino não suscitou até agora nenhum movimento global de solidariedade significativo.” (Boaventura de Sousa Santos, Folha de São Paulo, 6 de fevereiro de 2002, Seção: Tendências/Debates)

Quando lemos as reportagens sobre a Argentina publicadas nos últimos seis meses em jornais como The New York Times, The Guardian ou Folha de São Paulo, ou mesmo em redes de informação de cabo, como CNN, jornais que representam uma parcela da opinião de países norte-americanos, europeus e latino-americanos, podemos perceber, tal como Boaventura de Sousa Santos, que os movimentos de solidariedade à Argentina têm sido muito fracos. O que o sociólogo português aponta é que a globalização acontece em termos econômicos, mas não em formas de solidariedade. Novamente não precisamos de estatísticas, o problema argentino é tratado em grande parte das notícias como sendo o resultado de incompetência nacional em lidar com a política econômica. As vozes, como a do sociólogo Boaventura, que reivindicam apoio e solidariedade surgem em seções de debate, tribunas abertas a intelectuais e leitores, ou em jornais de menor circulação, claramente identificados com uma postura política anti neo-liberal.

A crise da Argentina tem sido sempre relacionada ao cumprimento devido ou indevido da política prescrita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), organismo financeiro das Nações Unidas que reúne 183 países membros, isto é, a quase totalidade de países do mundo. O sistema de votação no Fundo é ponderado e têm mais votos os países que contribuem com maior número de cotas. Os Estados Unidos contribuem com 17,6% do valor total de cotas, tendo, portanto, maior poder decisório. Os quatro outros países que têm lugar cativo no diretório são Japão, Alemanha, França e Inglaterra, que, juntos, contribuem com 22,9%. Trata-se de um sistema de interdependência econômica com forças de poder bastante diferenciadas. As políticas econômicas prescritas pelo Fundo visam a manter a saúde do sistema financeiro, o que muitas vezes implica em conter a inflação e diminuir o déficit público, receita que para os países mais pobres tem sido sinônimo de redução do investimento público em subsídios para empresas nacionais, bem como em empregos e serviços como educação e saúde. Em contrapartida, o Fundo empresta grandes somas aos países membros. Em 1994, o México recebeu de empréstimo do fundo a quantia de 17.8 bilhões de dólares, maior crédito realizado a um só país, e, nos anos de 1997 e 1998, 36 bilhões foram creditados na Indonésia, Coréia e Tailândia. Inegavelmente são muitos os países que estão interligados por essa instituição financeira. Além disso, mega-companhias têm investimentos em diversos países e o colapso financeiro de um deles pode causar impacto imediato em outros países. No caso da Argentina, a crise financeira trouxe problemas imediatos para a Espanha, cuja mega-empresa Telefônica tinha grandes investimentos no país. Mas será que esta situação de interdependência econômica configura elos de solidariedade entre esses países?

Alguns eventos noticiados pela grande imprensa alcançam uma dimensão que extrapola as fronteiras do território de origem. A guerra da Bósnia, por exemplo, foi percebida como sendo uma questão que exigia a participação das outras nações; ela trazia imagens de sofrimento e de violação de direitos humanos que foram percebidas por outros povos enquanto tal. Experiências de perigo, como a ameaça de desastre nuclear, de poluição do ar atmosférico, e da presença de toxinas na produção de alimentos têm levado a que indivíduos de diferentes contextos culturais se unam em movimentos comuns (Beck 2000:90). A dimensão de solidariedade, portanto, surge quando indivíduos se identificam com outros apesar do distanciamento cultural.

Hoje a mídia ocupa um papel importante de intermediação entre diferentes povos e é ela o principal instrumento na produção de imagens a serem divulgadas. Da mesma forma que línguas nacionais participaram da constituição de comunidades nacionais, podemos dizer que a mídia, a telecomunicação e a transmissão de informações por meio de computadores propiciam a formação de comunidades que não estão mais limitadas pelas fronteiras nacionais. Algumas notícias têm a capacidade de transcender fronteiras nacionais e se tornar objeto de experiências transnacionais, ainda que nem sempre a percepção do problema seja homogênea. Os grandes jornais hoje têm *sites* na internet e podem ser lidos por todos aqueles que tiverem acesso à rede. As redes de informação a cabo, como CNN, podem ser acessadas em diversas línguas, 24 horas por dia.

As bases da solidariedade em esferas transnacionais têm como base um processo em que cada indivíduo passa a se compreender a partir de experiências que envolvem situações que ultrapassam fronteiras nacionais. Embora não haja uma tradição anterior constituindo práticas coletivas comuns, valores compartilhados são possíveis porque há uma história que se constrói a partir das novas experiências travadas. Os elos de solidariedade se formam a partir da percepção de que compartilhamos uma situação comum. Essa seria a base da formação de uma comunidade global ou de uma cidadania global, em que indivíduos teriam a capacidade de atuar solidariamente em movimentos que ultrapassariam as fronteiras nacionais.

Como a crise da Argentina tem sido compreendida? As notícias demonstram diferentes interpretações da crise, as quais estão claramente associadas a perspectivas nacionais. Em quase todos os jornais, há uma caça às bruxas, ou seja, procura-se o grande responsável pela crise. O fato de que haja um responsável, faz com que todos os demais estejam isentos de responsabilidade. Temos uma crise e temos um culpado. O interessante é perceber que a construção da causa e do responsável pela crise atende interesses bem marcados. Senão, vejamos.

Nos jornais ingleses (Times, The Guardian, Financial Times) há uma crítica direta à atuação do FMI que dificilmente aparece no The New York Times ou na CNN e a dimensão de uma cultura em crise está presente. Em 6 de dezembro o editor chefe do Times publicou uma matéria em que dizia que a recusa do FMI em liberar o empréstimo para Argentina poderia levar ao colapso da economia Argentina e representar um desastre para a economia mundial. No jornal The Guardian, as críticas ao FMI são bem mais abertas e associadas à política neo-liberal. Matérias como as de Naomi Klein, autora do livro “No Logo” e ativista nos movimentos contra multinacionais, ou de jornalistas independentes, têm denunciado claramente o FMI como sendo responsável pela crise Argentina:

“The fall of the IMF’s star pupil – coming after Mexico’s 1995 financial crisis, the east Asian meltdown and the reintroduction of capital controls in Malaysia – has forced

some free-market thinkers to admit the obvious: that austerity plans during deflationary periods are disastrous; that abolishing capital controls creates instability; and that bond markets are no more reliable than private banks at providing governments with long-term financing” (Tom Gill, *The Guardian*, 16 de Janeiro de 2002, Seção: internacional)

No *The New York Times* e CNN as matérias sobre a atuação do FMI levam a outros responsáveis pela crise: corrupção, gastos públicos, falta de transparência em decisões políticas. Os editores, na verdade, reproduzem as declarações do Presidente Bush e do Secretário de Estado Colin Powell:

"But economic reform alone will not bring Argentina out of crisis," Powell said. "Argentina must also address the underlying political and institutional flaws that encourage excess public sector borrowing, corruption, politicized judicial systems and a lack of transparency in government activities." (CNN On Line, 6 de maio de 2002, Seção: Política)

Na Argentina, os dois maiores jornais do país, *Clarín* e *La Nación* têm reproduzido as matérias de intelectuais, economistas, aberto diversos espaços aos leitores e reproduzido as principais manchetes do mundo. Há uma maior pluralidade de opiniões, mas o que se observa é que também a imprensa argentina procura os responsáveis pela crise apenas na própria Argentina. Em matéria de 23 de dezembro, o *Clarín* estampou a seguinte manchete:

¿Quiénes son para usted los responsables de la crisis que está viviendo la Argentina? Los lectores señalan a los dirigentes de los principales sectores como responsables de las penurias. Pero también son autocríticos y culpan a los argentinos en general.

A crise Argentina é uma crise transnacional, mas não é traduzida enquanto tal pela grande imprensa. Há um círculo perverso em que europeus, embora mais solidários aos dramas sociais, apontam a política do FMI como responsável pela crise e parecem esperar de lá alguma solução; os norte-americanos denunciam a corrupção e falta de democracia; e os argentinos assumem a culpa. Certamente aponto as linhas mestras dadas pelos editoriais, mas há uma diversidade de opiniões em cada um desses blocos. Michel Camdessus, ex-titular do FMI, assim como Rubens Ricupero, atual secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) apontam, respectivamente no *Clarín* e na *Folha de São Paulo*, as políticas de subvenções européias e norte-americanas como sendo responsáveis pelas dificuldades crescentes da Argentina, uma vez que o país ainda depende da exportação agropecuária. Por outro lado, Alain Touraine, conhecido cientista político francês, reitera o discurso dos políticos americanos atribuindo à corrupção e à falta de consciência nacional os problemas atuais da Argentina. De qualquer forma, o que permanece caracterizado pela grande imprensa é o caráter nacional da crise. Nos primeiros artigos ingleses, por exemplo, havia a preocupação de que a crise repercutisse para outros países. A falta de solidariedade parece ter se acirrado à medida que os países europeus perceberam que a crise Argentina poderia ser isolada, estando apenas a Espanha com sua economia comprometida.

Um certo desespero em relação ao isolamento do país no enfrentamento da crise aparece recorrentemente na imprensa Argentina, que procura e publica o apoio de outras nações quando ele aparece, mesmo quando a forma deste apoio é a caricatura de tragédia realizada pelo jornal italiano *La Repubblica*. Pero el texto adquiere un valor particular porque el

editorialista emprega o ângulo dramático para apelar à consciência europeia em um dos raros exemplos de plena simpatia:

"Es una tragedia que toca de cerca por razones muy diferentes de los intereses económicos. Ese país en convulsión es parte de nuestro álbum de familia, no sólo porque está poblado por nuestros emigrantes, sino porque sus ciudadanos leen los mismos libros que nosotros, creen en nuestros mismos valores, son una parte vital de la historia y la cultura occidentales. Si la Unión Europea cree en lo que dice sobre la libertad y sobre los derechos humanos no puede, en los mismos días que envía soldados a Kabul, abandonar a Buenos Aires y a la democracia argentina." (Clarín, 22 de dezembro de 2001, Seção: Panorama Internacional)

As demonstrações de solidariedade à crise econômica são restritas e aparecem de forma mais significativa em jornais de menor circulação e em alguns fóruns de debate possibilitados pela internet. Uma esfera transnacional seria configurada se indivíduos ao redor do mundo se identificassem com a situação por que passam os argentinos no momento. Na grande imprensa, a crise da Argentina ainda é apresentada a partir de um jogo entre Estados ou Blocos Nacionais que procuram se distanciar do problema atribuindo a responsabilidade ao "Outro". No caso dos jornais brasileiros, a situação apesar de singular, não é diferente. A crise é exacerbada e apresentada enquanto tragédia de enormes proporções políticas e sociais. Mas de qualquer forma, a crise tem um responsável: a arrogância dos portenhos:

"A segunda lição foi-nos deixada pelo ministro Cavallo e sua notória soberba. Não se pode impunemente enganar um povo por tanto tempo..." (Alcides do Amaral, Jornal do Brasil, 21 de dezembro de 2001, Seção: Opinião)

"Choremos pela auto-estima pisoteada e pelas humilhações que nós, tão pouco dotados, involuntariamente infligimos aos nossos vizinhos e parceiros. Simplesmente porque aprendemos a sobreviver sem muita galhardia." (Alberto Dines, Jornal do Brasil, 22 de dezembro de 2001. Seção: Opinião)

"Não se trata hoje de uma nação, mas de uma imagem refletida num espelho quebrado que ainda não terminou de trincar", define o deputado do PT Aloísio Mercadante. (...) e embora economista, arrisca um prognóstico de comportamento para o desfecho: "Quem sabe esse tranco não faça a Argentina se reencontrar com a humildade." (Dora Kramer, Jornal do Brasil, 21 de dezembro de 2001, Seção: Opinião)

A crise Argentina pelos brasileiros

Embora The Guardian, The NYT, Folha de São Paulo e Clarin tenham inúmeras matérias sobre a crise da Argentina, e algumas interpretações econômicas sejam hegemônicas, vimos que a forma com que a crise é interpretada não é uniforme. Mais do que isso, ela obedece a certos padrões. Jornais ingleses tratam da crise como "economic crisis", a palavra tragédia jamais aparece associada à Argentina. Jornais italianos e espanhóis incluem com maior facilidade as questões sociais e culturais e transformam a crise em catástrofe e tragédia. Nos Estados Unidos, o que se descreve é uma crise econômica, mas o que parece mais importar é que ela é resultante de um "political turmoil". No Brasil, dificilmente não encontramos a palavra tragédia associada às diversas análises econômicas, políticas ou sociais que são publicadas. Mais do que a dimensão social, há nas análises brasileiras uma percepção da crise

da Argentina que está ausente dos jornais europeus e norte-americanos: a nação que se auto-destruiu devido a sua arrogância. O adjetivo tragédia é pouco para mostrar a destruição da nação Argentina. Os termos utilizados são a humilhação, a derrota, o esfacelamento, o funeral, o réquiem de Buenos Aires. Os brasileiros choram, mas choram com lágrimas de crocodilo, pois não se observa muita solidariedade entre as nações vizinhas.

Roberto da Matta, nosso antropólogo de maior visibilidade internacional, analisa o caráter nacional dos dois países, Argentina e Brasil, e tenta explicar o porquê de os argentinos estarem sofrendo um estado de frustração insuportável com a crise, enquanto os brasileiros, imunes a qualquer desenho institucional moderno, a partir da ambigüidade estrutural que os caracteriza, têm a capacidade de ir à praia, rezar e tomar uma cerveja quando acontece o pior:

“Enquadramos a crise Argentina do ponto de vista político-econômico, revelando a tendência de discutir países como se fossem empresas. Pouco se falou dos aspectos históricos e culturais da crise, mas o que foi escrito mostra uma mistura de satisfação e surpresa. A satisfação decorre do contraste marcado pela atribuição dos grandes fatos da civilização à Argentina que, no discurso brasileiro tradicional, seria um país ‘racialmente homogêneo’, ‘branco’ e ‘formado’, enquanto nós seríamos um país de mestiço e mulato, em ‘formação’. Um ‘macaquito’, como se dizia e repetia com arrogância portenha, salientando o elo evolutivo inferior, ao mesmo tempo que se chamava a atenção para a mania brasileira de mal imitar todo mundo. Lá havia a classe média educada, bem nutrida e ‘branca’: aqui, além dos mulatos subnutridos, havia atrasos e superstições como carnaval, jogo do bicho, futebol, samba e ‘macumba’, instituições e crenças fora do lugar, cuja função seria a de mistificar o povo.” (Roberto DaMatta, Estado de São Paulo, 17 de janeiro de 2002)

Como nos diz Roberto DaMatta, “ninguém fala dos outros sem revelar muito de si mesmo, diz um sábio ditado sócio-antropológico”. Evidentemente, ele nos mostra de forma magistral, como geralmente são suas observações sobre o que faz o Brasil Brasil, como os brasileiros vêem os argentinos. Em nenhum outro jornal do mundo, o drama Argentina foi tingido de verde e amarelo como aqui. Fica também patente a partir de sua análise que a crise econômica não é imposta aos brasileiros por um processo de “glocalização” capaz de imprimir a diferença (Robertson 1992), nem mesmo por um modelo globalizado da crise fabricado pela mídia, como diriam os defensores da “Macdonaldização” do planeta. A crise da Argentina é interpretada pela nação brasileira a partir de sua matriz cultural.

O que falta, no entanto, como também está ausente das demais análises do antropólogo, é uma análise crítica às estruturas constituídas, o que só é possível quando incorporamos as noções de processo e dominação à perspectiva estrutural. Em 11 de junho, após um depoimento extremamente agressivo do Presidente do Uruguai sobre os argentinos, o jornal Clarín publicou a seguinte pergunta a seus leitores: “Cómo cree que nos ven a los argentinos, de manera individual y como sociedad?” Um de seus leitores responde:

“Como somos

Antes quiero aclarar que estoy totalmente de acuerdo con el Presidente de Uruguay. Solo lamento que se haya arrepentido, aunque comprendo que la investidura limita, Nos ven como somos: Soberbios, deshonestos hasta el extremo de pasar por alto una amistad, poco solidarios con los que menos tienen y los ‘negros’, racistas. Solo quiero hacer una pregunta a cada uno de los lectores que lea esta carta: NUNCA dejen de pagar un impuesto?

NUNCA intento quedarse con un vuelto?

NUNCA se colo?

ETC.

No todo esta perdido si hacemos un repaso de cómo nos fue, podemos educar a nuestros hijos día a día, con el ejemplo, sin mas ni menos: no tirar papeles en la calle, no atropellar, respetar las normas de tránsito y comunicarse.

Por algo se empieza.

Saludos” (Susana, Clarín on line, 11 de junho de 2002, Seção: foro)

Não há como não perceber que indivíduos constituem e são constituídos pelos discursos nacionais e que estes representam um grande fardo para cada um deles. Não só olhamos o drama argentino através das lentes verdes e amarelas, como não encontramos em nossa paleta as outras cores que poderíamos utilizar para enxergá-los. A nós não é dada a bênção do vermelho, por exemplo. Embora todos sejamos um pouco vermelhos. São apenas os argentinos que são arrogantes, racistas, desonestos? E o brasileiro, o espanhol, o inglês ou o americano, será que nunca deixaram de pagar o imposto?

As caracterizações de nação argentina e brasileira são mutuamente exclusivas: a modernidade e a não modernidade, a certeza e o imprevisto, o puro e o impuro, e assim por diante. Em ambos os casos elas são incompletas, uma precisa da outra, e ambas se referem a uma noção de totalidade em que, por um lado, a modernidade, a certeza, o puro não configuram a arrogância, mas a razão, e, por outro, o pré-moderno, o imprevisto, o impuro configuram não a irracionalidade, mas a emoção. Elas no seu confronto expressam o antagonismo de duas nações que procuram se distinguir para se impor.

Mas o que é ser moderno? Para DaMatta a modernidade argentina é a causa de sua prisão dentro dos moldes da racionalidade. O Brasil seria o país do futuro, capaz de adaptar-se a um mundo em que a demanda principal é a da flexibilidade das relações. Mas já para Touraine, o Brasil de Fernando Henrique é o país que se modernizou, livrando-se do populismo, e inserindo-se na nova ordem mundial.

“Como no mirar a Brasil? Desde la caída de los liberales, en 1930, Brasil se industrializo. (...) Hoy, Brasil tiene un inmenso mercado interior y exporta productos industriales. La Argentina, por el contrario, es víctima de un completo estallido de su sistema político, que se volvió tan incapaz de modernizar la producción como de defender los salarios y el empleo.” (Alain Touraine, 13 de janeiro de 2002, La Nación)

Para Demétrio Magnoli, a crise argentina aparece como resultado de uma disputa de poder com o Brasil sobre a liderança na América do Sul. Segundo ele, a elite política argentina agarrou-se ao peso/dólar para separar o destino da Argentina do brasileiro. Os dirigentes argentinos preferiram “imolar o país numa cruz de dólares” do que aceitar uma liderança brasileira na América Latina. O geógrafo da USP é defensor do Mercosul e, certamente, olha a crise através de sua própria inserção política e profissional. Ele, no entanto, cita no artigo publicado pela Folha passagem importante, da época em que o Brasil Império se contrapunha às demais nações republicanas na América Latina, que contribui para a nossa reflexão sobre os elementos que estiveram presentes na construção do nacionalismo nos dois países:

“Juan Bautista Alberdi, um dos ‘pais da pátria’ argentina, escreveu, em 1869, no seu ‘El Império del Brasil ante la democracia de America’: ‘Toda República da América do Sul deve ser aliada natural de todo Estado europeu ou norte-americano que tenha

conflitos com o Brasil e, de antemão, deve assegurar que terá apoio moral de uma República sul-americana que entre em conflito com o Brasil” (Demétrio Magnoli, 3 de janeiro de 2002, Folha de São Paulo, Seção: Opinião)

Esta passagem é fundamental para que possamos compreender que as identidades nacionais da Argentina e do Brasil não são referidas apenas a cada uma das respectivas situações internas, nem muito menos foram formadas apenas a partir da relação de uma nação com outra. É necessário destacar que há um processo de construção de identidades nacionais que envolve a relação dos países em termos globais muito antes dos processos de globalização serem tão destacados. A construção dos modernos Estados Nacionais é resultado de um processo de negociação local e que envolve o sistema mundial (Mignolo 2000). A falta de auto-estima dos cidadãos latino-americanos não é resultado apenas de fracassos e derrotas, mas de identidades fragmentadas, incompletas que são construídas dentro do regime das possibilidades, dentro de regimes de poder. O europeu é racional, mas a racionalidade latino-americana é identificada à arrogância. A arrogância surge porque se compreende que argentinos imitam os europeus e norte-americanos, pois o país tem dentro de si a ambigüidade de ser moderno, mas ao mesmo tempo corrupto e populista, e assim por diante. Conseqüentemente, a tentativa da Argentina de procurar reproduzir o modelo da civilização ocidental na América Latina é identificada à farsa política. Nos países europeus uma cidadania construída com base no trabalho, na educação e na justiça social implica em dignidade, aqui em arrogância. Lá à barbárie se dá um crédito político, aqui à fraude se propõe a intervenção. A corrupção na Argentina é constituinte, enquanto nos Estados Unidos, um erro de percurso. As nações se constituem ao se relacionarem umas com as outras, e nem sempre as imagens que se configuram são aquelas desejadas.

Conclusão

Que llegue el momento em que, cuando nos pregunten: “Nacionalidad?, podamos responder: “Humana”, y que esta respuesta refleje la universalidad de la dignidad.” (Elizabeth Jelin, La Nación, 31 de março de 2002, Seção: Enfoques)

Neste artigo trabalhei basicamente com artigos publicados na grande imprensa sobre a Argentina nos últimos seis meses. Muito mais poderia ter sido feito, principalmente a partir dos diversos *sites* que foram abertos na internet para discussão da crise na Argentina. Mas um dos meus objetivos foi mostrar que apesar de haver controle na produção de notícias, elas permitem uma série de leituras. Intelectuais têm feito largo uso da imprensa para divulgarem suas idéias e construir um campo de saber. Cada vez mais, há espaços abertos para opinião de leitores. E, além de tudo, há uma pluralidade enorme de vertentes político-ideológicas defendendo e editando publicamente suas próprias narrativas.

O jornalismo, enquanto parte da mídia, não pode ser compreendido nem a partir da visão liberal da livre competição entre diversos setores da população, nem a partir da crença no obscurantismo oriundo seja do controle de conglomerados poderosos nacionais e transnacionais, seja de práticas voltadas exclusivamente para obtenção de lucro. Não podemos generalizar nem mesmo no que diz respeito às técnicas do sensacionalismo em detrimento da manutenção de padrões de qualidade e práticas morais.

Na década de 90, Pierre Bourdieu polemizou de forma bastante acirrada com os profissionais do campo jornalístico. Descrevendo a atuação da imprensa no conflito entre Grécia e

Turquia, denunciou profissionais de televisão, que reforçados pelos jornalistas, criaram um espetáculo nacionalista de grandes proporções em torno de um conflito menor, quase levando as duas nações à guerra. Descreveu técnicas inerentes à narrativa jornalística como espetacularização de notícias; edição do discurso do outro segundo regras próprias; imposição de determinados temas; e apresentação de soluções simplificadas e moralizantes (Bourdieu 1997).

Sem dúvida esses são aspectos importantes a serem considerados e, sempre que possível, denunciados. Mas, mesmo Bourdieu, apesar de toda a crítica realizada ao campo constituído, não o tornou fechado a disputas e influências positivas. Ele próprio, dentro de condições estabelecidas, sempre esteve presente tanto na imprensa, quanto no campo televisivo, aprofundando análises e posicionando-se sobre o bem e o mal. Autores de tradições teóricas diferenciadas têm adotado posições menos radicais, tanto no que diz respeito aos potenciais democráticos, quanto coercitivos da mídia, e procurado apontar alternativas aos limites estruturais do campo (Kellner 1995, García Canclini 1995).

A crise da Argentina foi noticiada em todo mundo como sendo resultado de problemas especificamente locais, sem que tenha alcançado uma dimensão global. Mais do que isso, a crise vem sendo associada a problemas nacionais, sem que seja propiciada ao leitor uma noção mais profunda da história desse país. A Argentina manteve-se durante grande parte do século vinte como um dos países latino-americanos mais bem sucedidos do continente, com padrões de desenvolvimento superiores a muitos países europeus, dentre eles a Espanha. A partir das últimas décadas do século XIX, a Argentina teve sua economia impulsionada pela agropecuária de exportação, possível a partir de transformações internas, da invenção dos navios-frigoríficos e da intensificação comercial com a Inglaterra. Ferrovias, portos, frigoríficos e novas indústrias foram criados. Buenos Aires foi a primeira cidade moderna do continente e a Argentina a primeira nação de classe média, engrossada por inúmeras levas de imigrantes europeus.

Em 1928, a Argentina era a sexta potência econômica mundial. O sistema de educação básico e a reforma universitária foram instituídos, a qualificação da força de trabalho implementada, tudo isso deixando lastros importantes até os dias de hoje. O analfabetismo é inferior a 4 %, contra aproximadamente 15% no Brasil e a taxa de mortalidade infantil menor do que a metade da taxa brasileira. A formação cultural Argentina apóia-se nos valores básicos presentes entre nações européias modernas e bem sucedidas: educação, trabalho e cidadania. A elite intelectual responsável pela reforma econômica, incluindo neste grupo o hoje tão amaldiçoado ex-ministro da economia Domingo Cavallo, é extremamente conceituada, tendo sido formada nos centros universitários de maior prestígio dos Estados Unidos, como, por exemplo, a respeitável Universidade de Chicago, conhecida pela formação de potenciais lideranças mundiais.

A perda da dimensão histórica pode ser um produto inerente à mídia, ou, como nos diz, Elizabeth Jelin, resultado de uma atuação dentro de um marco temporal de curto prazo. No entanto, há casos em que uma crise local assume uma dimensão social e humana e é compartilhada por indivíduos de diversas partes do globo como sendo um problema que os atinge. É importante perceber a relação da mídia com os diversos processos sociais a que ela se refere, a forma pela qual ela é forjada a partir deles e a maneira como divulga e constrói esses processos entre seu público. Uma das questões que se coloca hoje para nós é a das implicações dos processos de interdependência que caracterizam a vida social contemporânea. Apesar de práticas transnacionais serem constituídas a partir de uma experiência coletiva que

ultrapassa os limites dos Estados Nacionais, estas podem ou não acontecer. Procurei mostrar que embora a crise da Argentina pudesse ter sido percebida enquanto uma situação transnacional, e certamente o foi em pequenos círculos, ela ainda continuou, como continua, a ser interpretada majoritariamente a partir do conflito entre nações ou blocos nacionais. No caso analisado, a formação de esferas políticas transnacionais ainda é bem limitada e convive com diversas narrativas produzidas a partir de interesses e tradições nacionais e locais.

Referencias Bibliográficas

- Anderson, Benedict R.. 1991. *Imagined communities : reflections on the origin and spread of nationalism*. London ; New York: Verso.
- Beck, Ulrich. 1992. *Risk society : towards a new modernity*. London ; Newbury Park, Calif.: Sage Publications.
- Beck, Ulrich. 2000. *What is globalization?* Malden, MA: Polity Press.
- Bhabha, Homi K. 1990. *Nation and narration*. London ; New York: Routledge.
- Bourdieu, Pierre. 1997. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Featherstone, Mike, Scott Lash, and Roland Robertson. 1995. *Global modernities*. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications.
- García Canelini, Néstor. 1995. *Consumidores y ciudadanos : conflictos multiculturales de la globalización*. México, D.F.: Grijalbo.
- Giddens, Anthony. 1990. *The consequences of modernity*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- Gilroy, Paul. 1993. *The black Atlantic : modernity and double consciousness*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Hall, Stuart, and Paul Du Gay. 1996. *Questions of cultural identity*. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage.
- Hall, Stuart, and Open University. 1997. *Representation : cultural representations and signifying practices*. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage in association with the Open University.
- Heelas, Paul, Scott Lash, Paul Morris, and Centre for the Study of Cultural Values at Lancaster University. 1996. *Detraditionalization : critical reflections on authority and identity*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers.
- Horkheimer, Max, and Theodor W. Adorno. 1973. *Dialectic of enlightenment*. London: Allen Lane.
- Kellner, Douglas. 1995. *Media culture : cultural studies, identity, and politics between the modern and the postmodern*. London ; New York: Routledge.
- McGrew, A & P. Lewis (eds.). 1992. *Global Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Mignolo, Walter. 2000. *Local histories/global designs : coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton, N.J.: Princeton University Press
- Nora, Pierre. 1984. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- Robertson, Roland. 1992. *Globalization: Social Theory and Global Culture*. Baltimore.
- Said, Edward W. 1979. *Orientalism*. New York: Vintage Books.
- Smith, Anthony D. 1999. *Myths and memories of the nation*. New York: Oxford University Press.
- Thompson, John B. 1995. *The media and modernity : a social theory of the media*. Stanford, CA: Stanford University Press.